

# Destaque

## Lay-off pedido até quarta-feira deverá ser pago ainda em janeiro

Ordem dos Contabilistas Certificados aconselha as empresas a calcular se apoio à retoma progressiva não traz mais vantagens. *Texto: Maria Caetano*

As empresas obrigadas ao encerramento com as novas regras do estado de emergência vão poder aceder novamente ao *lay-off* simplificado, que valerá já para os apoios aos salários dos últimos 15 dias de janeiro, mas para terem o pagamento da Segurança Social ainda antes do final do mês será necessário que apresentem os formulários com o pedido até à próxima quarta-feira.

A indicação foi dada ontem pela bastonária da Ordem dos Contabilistas Certificados, Paula Franco, com base em informações da Segurança Social. “Para os formulários que entrarem até ao dia 20, vai haver a tentativa e o esforço de os pagar e de entrarem todos em processamento para serem pagos a 27 de janeiro”, referiu numa sessão de análise aos novos apoios anunciados pelo governo.

O pagamento antes do final do mês será importante já que, de contrário, será necessário as empresas adiantarem primeiro o salário aos trabalhadores – agora pago a 100% – sendo ressarcidas mais tarde. De acordo com a informação transmitida à Ordem, a Segurança Social pretende realizar pagamentos a cada dia 27, o que fará com que quem peça apoio já depois de quarta-feira receba apenas a participação no final de fevereiro.

A transferência de valores antes do final do mês cria uma expectativa de maior rapidez nos apoios, depois de o ministro da Economia, Pedro Siza Vieira, ter indicado quinta-feira que os pagamentos deveriam ser feitos em fevereiro.

Mas antes de realizarem os pedidos através de formulário na Segurança Social Direta, as empresas que agora têm de encerrar devem pesar as vantagens de cada um dos apoios que ficam disponíveis para suportar encargos salariais, aconselhou a Ordem dos Contabilistas, que durante este fim de semana deverá disponibilizar uma ferramenta de cálculo na sua página de internet para ajudar à ponderação.

### Comparar vantagens

O regresso ao *lay-off* simplificado trará até três meses de apoio, com a possibilidade de transição automática de outros mecanismos a que as empresas tenham recorrido antes – seja o apoio extraordinário à retoma progressiva de atividade, ao qual será possível regressar depois, seja o incentivo extraordinário à normalização da atividade. Este último foi um apoio de dois salários mínimos por trabalhador que vigorou até final de 2020 para o período pós *lay-off* simplificado, e que é retomado neste ano num

novo apoio simplificado para empresas com até um máximo de nove trabalhadores, ou seja, para as microempresas definidas de acordo com o Código do Trabalho, mas sem a anterior redução parcial de contribuições sociais.

No *lay-off* simplificado, as empresas encerradas veem o encargo com salários limitado a uma contribuição de 19,8%, ao mesmo tempo que ficam isentas de Taxa Social Única (mantém-se a obrigação de entrega de 11% de quotização pelo trabalhador). Para os trabalhadores, o salário é já pago a 100%, fruto das alterações trazidas pelo Orçamento do Estado de 2021.

Contudo, as empresas encerradas podem manter atividade de vendas de *take-away*, à porta ou ao domicílio sem perda de apoios. Nesses casos, aplicarão o *lay-off* a apenas parte dos trabalhadores,

**Quem tem dívidas à Segurança Social e ao Fisco precisa do acordo destas entidades para aceder aos apoios.**

mantendo os restantes necessários ao serviço.

Ao mesmo tempo, é prolongado o apoio à retoma, que pelo menos até abril permite às empresas com quebras mínimas de 75% reduzir o horário a 100%, com salários suportados em pleno pela Segurança Social. Para as micro, pequenas e médias empresas, a Taxa Social Única é paga em 50%. Com este apoio, e caso a empresa esteja também com plano de formação do Instituto de Emprego e Formação Profissional, que garante 132 euros por trabalhador abrangido em formação, será à partida mais vantajoso permanecer ou aderir ao apoio à retoma progressiva, conforme alerta a Ordem dos Contabilistas Certificados.

### Cortes a 100% só até abril

As regras do apoio à retoma, estendido agora até ao final de junho, foram ontem publicadas em Diário da República, e preveem a possibilidade de corte de horários a 100% apenas até abril para quebras mínimas de 75%. Em abril, o novo mecanismo será reavaliado para definir as reduções a aplicar em maio e junho, que, para já, se prevê que fique limitada a 75%.

Na extensão do apoio a 2021 (aberto a todas as empresas que

mantenham quebras de 25%), é reformulada a forma de aferir perdas. A faturação no mês antes do pedido pode ser comparada com o período homólogo de 2019 ou 2020, ou mesmo com a média mensal dos últimos seis meses.

Por outro lado, deixa de haver o bônus aos escalões de perda de faturação que vigorou em dezembro, quando as empresas puderam gozar de apoios correspondentes ao apoio do escalão de quebras imediatamente acima. Assim, as quebras de 25% podem reduzir 33% do salário, as de 40% permitem um corte de 40%, e as de 60% um corte em 60%.

Outra medida é o apoio simplificado às microempresas no valor de dois salários mínimos, pago faseadamente ao longo de seis meses, e com a obrigação de manutenção dos empregos permanentes por oito meses. Não conta a não renovação de contratos a prazo, despedimentos por justa causa ou por iniciativa do trabalhador.

O apoio vale apenas para as empresas que estiveram anteriormente em *lay-off* simplificado ou com apoio à retoma progressiva. As empresas devem ter em mente que este apoio impedirá depois o acesso novamente à retoma progressiva ou *lay-off* simplificado.





FERNANDO FONTES / GLOBAL IMAGES

## Novo confinamento tira 3500 milhões à bolsa portuguesa

Fecho do país reforça receios de um aprofundar da crise económica. O índice bolsista PSI20 perdeu 5% do seu valor em apenas uma semana.

— ELISABETE TAVARES

elisabete.tavares@dinheirovivo.pt

O novo confinamento imposto pelo combate à pandemia da covid retirou, até agora, 5% à capitalização do principal índice da praça portuguesa, o PSI20, que reúne as maiores cotadas do país. São menos cerca de 3500 milhões de euros de capitalização bolsista perdidos desde o dia 7 deste mês.

O PSI20 fechou na sexta-feira a valer 71,34 mil milhões de euros, segundo dados da Thomson Reuters. Mas ainda assim, regista um ganho de quase 3%, desde o início de 2021. A queda na última semana compara com a descida de apenas 0,1% do índice europeu STOXX 600 e espelha a convicção dos investidores de que o fecho do país vai reforçar a crise económica em Portugal e pesar muito nos lucros das empresas cotadas.

Não se verifica, ainda assim, o nível de medo a que se assistiu em março de 2020, quando foi decretado o primeiro confinamento e não havia praticamente informação sobre o novo coronavírus. Até porque, segundo analistas, há uma diferença significativa face ao início do ano passado: o apoio e os fortes estímulos do Banco Central Europeu.

“As recentes medidas de confinamento anunciadas pelo governo de António Costa voltam a colocar as bolsas sob pressão e é importante olhar para o que aconteceu em 2020, quando foram introduzidas pela primeira vez as medidas de confinamento em Portugal e em grande parte dos países europeus, quando assistimos a fortes correções nos principais índices. O PSI20 acabou por não ser exceção, chegando a registar perdas na ordem dos 30%”, recorda Henrique Tomé, analista da corretora XTB.

Destas vezes as perdas são inferiores, mas ainda assim refletem um certo grau de preocupação por par-

te dos investidores quanto aos efeitos das novas medidas restritivas na economia portuguesa – nas empresas e no emprego. “Estas medidas poderão ter um impacto menor do que aquele a que assistimos em março do ano passado. Existe muito mais informação sobre o vírus e o pânico dos investidores poderá ser muito menor”, indica o mesmo analista. “Por outro lado, setores como o financeiro, o do comércio, o turismo e a restauração voltam a ficar mais expostos com as medidas de confinamento e essa pressão poderá refletir-se na valorização, a curto prazo, dos seus títulos se estiverem cotadas em bolsa”, alertou Henrique Tomé.

Na análise de Paulo Rosa, economista sénior do Banco Carregosa, “algumas empresas, nomeadamente dos setores mais sensíveis ao distanciamento social, como viagens, lazer, restauração e hotelaria, irão ser novamente penalizadas e a vulnerabilidade financeira destas empresas é crescente”.

### O apoio crucial do BCE

Para Pedro Lino, CEO da Optimize Investment Partners, “o confinamento terá impacto limitado nas bolsas tendo em conta que a parte dos serviços não irá encerrar e considerando a adaptação feita pelas empresas durante o último ano, nomeadamente com a adoção de processos de digitalização, trabalho à distância e procedimentos de

redução de custos”. Lembrou que “temos também o apoio dos bancos centrais, que tardou em março de 2020 e que agora é ilimitado, transmitindo uma confiança aos investidores acerca da aplicação das suas poupanças no mercado financeiro”. Mas avisa que “iremos atravessar um período no qual quanto piores as notícias melhor a performance dos mercados financeiros, devido à necessidade de criar inflação, de apoio fiscal e monetário”.

A relevância do apoio que existe por parte do BCE é bem visível no comportamento da dívida soberana. “Portugal ainda na passada quarta-feira realizou com sucesso a sua primeira emissão de dívida de 2021”, apontou Paulo Rosa. A República colocou dívida soberana a 10 anos pela primeira vez com juros negativos. “Na primavera passada as rentabilidades das obrigações soberanas portuguesas subiram consideravelmente, nomeadamente a 10 anos, aumentando dos 0,25% no início de março para 1,1% a 19 de abril, mas começaram a aliviar gradualmente com a intervenção robusta do BCE e a coesão reforçada da União Europeia, espelhada no acordo conjunto de suporte orçamental alcançado pelos membros em junho”, frisa o economista.

“A yield portuguesa a 10 anos desceu paulatinamente dos 1,1% de abril para os atuais valores, à volta de zero ou mesmo negativos, apesar da pandemia”, adianta. Paulo Rosa salientou que “o atual confinamento, que vigorará nas próximas semanas, é menos restritivo do que o realizado no ano passado e, adicionalmente, o setor industrial mantém-se em pleno, algo que não aconteceu há nove meses”. E lembra a importância do “significativo reforço monetário do BCE e do suporte orçamental dos governos” que existe atualmente.

## Um quarto dos livros vendidos em 2020 foram em hipers

Em ano de pandemia, os portugueses compraram quase menos dois milhões de livros do que em 2019. Os números da GfK, cedidos ao Dinheiro Vivo, mostram que no ano passado foram vendidos 9,8 milhões de unidades, menos 18% do que em 2019. Foram gastos 128,7 milhões de euros em livros – menos 17% do que no ano anterior –, dos quais 33,6 milhões foram despendidos em volumes adquiridos em grandes superfícies de retalho alimentar – uma quebra de 8%.

Os dados da empresa de estudos de mercado mostram que as livrarias e outros espaços foram responsáveis pela venda de 95 milhões de euros em livros, menos 19% do que no ano anterior. Contudo, olhando para o peso dos canais de venda é possível perceber que os hipermercados reforçaram o peso de 23,7% em 2019 para 26,1%. Já nas livrarias e outros espaços, a tendência foi inversa, caindo dos 76,3% em 2019 para 73,9% no ano passado.

O confinamento em muito contribuiu para estes números, explica João Alvim, presidente da Associação Portuguesa de Editores e Li-

vreiros (APEL) ao Dinheiro Vivo. “O que aconteceu no ano passado, durante o confinamento, está muito bem identificado, também pelos dados da GfK: as vendas, em média, caíram 55%”. Nas livrarias e outros espaços “caíram 70%”, enquanto que nos “hipermercados se perdeu 20% durante aquele período. No confinamento ninguém andou a ganhar quota de mercado a ninguém”, sublinha João Alvim.

No primeiro estado de emergência, em março e abril, o retalho alimentar manteve-se de portas abertas, podendo vender bens essenciais não alimentares. Também naquela época foi decretada a obrigatoriedade de as livrarias encerrarem. Contudo, e tal como agora, as livrarias podem vender através de um postigo.

No atual confinamento, o governo prepara-se para impedir a venda de livros em hipermercados (até ao fecho desta edição o decreto ainda não tinha sido publicado). A APEL diz ter sido “apanhada de surpresa” e mostra-se preocupada com o fecho de um canal de venda relevante para o setor. Ana Laranjeiro

# 71,34

—mil milhões

O PSI20 fechou ontem a valer acima dos 71 mil milhões de euros. Em 2020 chegou a ter perdas de 30%.